



Estado do Rio Grande do Sul

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



**LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2002**

**De 15 de Agosto de 2002**

**CERTIFICO QUE**

O Documento de Nº 01/2002

Foi publicado no Diário Oficial.

Professora Municipal de Boa Vista

do Incra - 15/08/02

Responsável: [Assinatura]

**DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**NASSER ELIAS HASAN, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA, RS, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei**

## **TÍTULO I**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Preliminares**

Art. 1.º - Esta Lei Complementar dispõe sobre o Estatuto e institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Município de Boa Vista do Incra, que é de natureza estatutária e institucional.

Art. 2.º - Servidor Público Municipal, para os efeitos desta Lei, é toda a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3.º - Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades atribuídas a um servidor público, com denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada, na forma estabelecida em Lei.

Art. 4.º - Os cargos públicos municipais, criados na forma da Lei, são de provimento efetivo e em comissão.

Par. 1.º - Os cargos de provimento efetivo serão organizados em Quadro próprio na forma da Lei.

Par. 2.º - Poderão ser criados cargos e quadros isolados, quando a natureza da função ou o número de cargos não comportar a organização em carreiras, ou ainda quando as peculiaridades decorrentes da transferência de servidores recepcionados em decorrência da emancipação, assim o exigir.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 3.º - Os cargos em Comissão e as Funções Gratificadas, não serão organizados em carreira e constituirão Quadro próprio na forma da Lei.

Art. 5.º - A investidura em cargo público, dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em Lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 6.º - O ingresso no serviço público municipal dependerá, além daqueles que a Lei determinar, da observância dos seguintes requisitos:

- ser brasileiro nato ou naturalizado;
- I ser maior de 18 (dezoito) anos, na data de inscrição do respectivo Concurso Público;
- II estar no pleno gozo dos direitos políticos;
- III possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo, ressalvado e observado o disposto no artigo 35. desta Lei.

### **TÍTULO II**

#### **Do Provimento e Vacância**

### **CAPÍTULO I**

#### **Do Provimento**

Art. 7.º - Os cargos públicos municipais serão providos da seguinte forma:

- I Nomeação
- II Readaptação
- III Reintegração
- IV Aproveitamento
- V Recondução

### **SEÇÃO I**

#### **Da Nomeação**

Art. 8.º - A nomeação far-se-á :

- I Em caráter efetivo, quando decorrente de aprovação em Concurso Público para provimento de cargo efetivo de carreira ou isolado.



II Em comissão, quando se tratar de cargo de confiança declarado em Lei de livre nomeação e exoneração.

Par. 1.º - A nomeação para os cargos de provimento efetivo, dar-se-á no prazo de validade do concurso e obedecerá a estrita ordem de classificação dos aprovados no respectivo concurso público.

Par. 2.º - A nomeação dos cargos em comissão, obedecerá, no que couber, os requisitos de provimentos dos demais cargos públicos municipais.

Art. 9.º - É condição indispensável para o ingresso no serviço público municipal a aprovação em inspeção médica, realizada por órgão de perícia e/ou saúde oficial do Município.

Par. Único - Observadas as especificidades e a natureza de cada cargo, poderão ser exigidos exames suplementares ao candidato, nos termos da Lei.

## **SEÇÃO II**

### **Da Readaptação**

Art. 10 - Readaptação é a forma de investidura do servidor estável, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as limitações que tenha sofrido em sua capacidade física e ou mental.

Par. Único - A readaptação será efetivada a pedido do servidor ou "ex-officio" da Administração, e processar-se-á sempre que possível, em cargo compatível com a aptidão do servidor, observada a habilitação legal para o exercício da função.

Art. 11 - A readaptação não poderá acarretar qualquer aumento ou redução da remuneração do servidor, exceto quando se tratar de percepção de vantagens que sejam inerentes à natureza e ao exercício do novo cargo e que estejam devidamente previstas em Lei.

Par. Único - Caso a readaptação ocorra em cargo com vencimento inferior ao percebido pelo servidor, ser-lhe-á assegurada a remuneração correspondente àquela do cargo ocupado anteriormente, mediante complementação adicional.

Art. 12 - A readaptação dependerá de prévia inspeção por órgão oficial de perícia e/ou saúde do Município, que após avaliação das alterações do estado de saúde físico e mental do servidor, emitirá laudo médico que indicará a função que julgar possível a readaptação funcional.

Par. Único - Se o resultado da inspeção médica e/ou pericial concluir pela incapacidade para o serviço público, será processada a aposentadoria do servidor nos termos da Lei.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 13 – Processada a readaptação funcional, o servidor cumprirá estágio experimental de 90 (noventa) dias, a fim de verificar-se a sua adaptabilidade ao novo cargo.

Par. 1.º – Exaurido o prazo referido no “caput” e comprovada a sua adaptação funcional, será formalizado o provimento do servidor no cargo readaptado, mediante a edição de ato da autoridade competente.

Par. 2.º - Caso for constatado, após o estágio experimental, a inadaptabilidade para o cargo, será realizada nova perícia médica que indicará outras funções possíveis de readaptação, ou o encaminhará para a aposentadoria, nos termos da lei.

### **SEÇÃO III** **Da Reintegração**

Art. 14 – Reintegração é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado, em decorrência de decisão judicial ou administrativa, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

Par. 1.º - Na hipótese do cargo ter sido extinto ou declarado desnecessário por Lei, o servidor reintegrado, se estável, ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Par. 2.º Se o cargo houver sido transformado, o servidor será reintegrado no cargo resultante dessa transformação administrativa, respeitada a necessária habilitação profissional.

Par. 3.º Reintegrado o servidor, e não extinta a vaga, aquele que houver ocupado o cargo, será reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

### **SEÇÃO IV** **Da Reversão**

Art. 15 – Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado, quando verificada a insubsistência, a ilegalidade ou a irregularidade dos motivos determinantes de sua aposentadoria.

Par. 1.º - Será assegurada, quando inexistir impeditivos legais, a retribuição correspondente à situação funcional que o servidor detinha anteriormente a sua inativação.

Par. 2.º - A reversão processar-se-á a pedido do servidor ou “ex-officio” da Administração.

Art. 16 – A reversão será feita no cargo em que se deu a aposentadoria do servidor ou naquele resultante de sua transformação.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 17 – O servidor que tiver processada a sua reversão não poderá se aposentar com remuneração maior que a anterior, excetuadas as vantagens de natureza pessoal e as decorrentes das revisões legais.

### **SEÇÃO V**

#### **Do Aproveitamento**

Art. 18 – Aproveitamento é o retorno ao serviço público do servidor em disponibilidade, em cargo de atribuições idênticas ao anteriormente ocupado, a critério da Administração.

Art. 19 – O aproveitamento poderá ser processado quando:

- I for restabelecido o cargo declarado desnecessário;
- II houver necessidade ou conveniência na recriação do cargo anteriormente extinto;
- III for criado cargo com atribuições idênticas ou muito similares, ao cargo anteriormente ocupado pelo servidor posto em disponibilidade.

Art. 20 – Não poderá o servidor em disponibilidade ser aproveitado em cargo com atribuições e vencimentos inferiores ao cargo que ocupava anteriormente.

### **SEÇÃO VI**

#### **Da Recondução**

Art. 21 – Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em decorrência da insuficiência na avaliação de desempenho em estágio probatório de outro cargo público municipal, ou em decorrência da reintegração do anterior titular do cargo.

Art. 22 – A recondução se dará a pedido do interessado ou “*ex-officio*” da Administração, por ato da autoridade competente e não contemplará o servidor com qualquer vantagem que não for inerente ao cargo reconduzido.

### **CAPÍTULO II**

#### **Da Vacância**

Art. 23 – A vacância do cargo decorrerá de:

- I exoneração
- II demissão;
- III Readaptação
- IV Aposentadoria
- V Falecimento
- VI Posse em outro cargo público inacumulável



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Par. Único – A abertura da vaga, dentro da estrutura administrativa do Município, ocorrerá na data da publicação da Lei que criar o respectivo cargo, ou do ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a VI deste artigo.

Art. 24 – A exoneração processar-se-á :

I a pedido do servidor;

II “*ex-officio*” da Administração quando o servidor, em estágio probatório, não obtiver aprovação no procedimento de avaliação especial de desempenho promovido por comissão instituída para esse fim na forma da Lei, ou ainda quando se tratar de cargo em comissão.

Art. 25 – A demissão processar-se-á na aplicação de pena disciplinar, após processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa, nos casos previstos em Lei.

Art. 26 – A vacância da função gratificada ocorrerá por dispensa a pedido do servidor, ou “*ex-officio*”, ou ainda por destituição.

Par. Único – A destituição decorrerá da aplicação de pena disciplinar, nos casos previstos em Lei.

### **TÍTULO III**

#### **Da Promoção e Remoção**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Da Promoção**

Art. 27 – As promoções obedecerão aos critérios e regras estabelecidas na Lei que dispuser sobre os planos de cargos e salários e carreiras dos servidores municipais.

Par. Único - As promoções serão previamente analisadas, avaliadas e processadas por Comissão Permanente de Capacitação, Controle e Avaliação da Qualidade do Serviço e do Servidor Público, a ser instituída por Lei específica para esse fim.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Da Remoção**

Art. 28 – Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição ou unidade de trabalho.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Par. Único – A remoção poderá ocorrer a pedido do servidor, atendida a conveniência do serviço, ou “*ex-officio*” no interesse da administração, comprovada a necessidade do serviço.

Art. 29 – A remoção por permuta será processada mediante o requerimento de ambos os interessados, ouvido preliminarmente, as chefias envolvidas.

Art. 30 – A remoção será processada mediante ato formal da autoridade competente.

### **TÍTULO IV**

Do Concurso Público, da Posse, do Exercício, da Lotação,  
Do Estágio Probatório e da Estabilidade

#### **CAPÍTULO I**

Do Concurso Público

Art. 31 – O Concurso Público é o procedimento administrativo, de provas ou provas e títulos, que tem por objetivo selecionar os candidatos à nomeação em cargos de provimento efetivo.

Art. 32 – As normas gerais para a realização de concursos públicos, no âmbito do Município, serão estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, ou a quem este delegar tais poderes.

Art. 33 – Além das normas gerais, os concursos serão regidos por condições específicas, estabelecidas no Edital e fixadas pela autoridade competente.

Art. 34 – Os concursos públicos serão executados diretamente pelo Município ou adjudicados a terceiros, a critério da conveniência e discricionariedade da Administração.

Art. 35 – Aos portadores de deficiência e/ou necessidades especiais é assegurado o direito de concorrer nos concursos públicos municipais para o provimento de cargos, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação de que são portadores, observadas as vagas que lhe forem reservadas no processo de seleção.

Par. 1.º – Será obrigatoriamente reservado nos concursos públicos municipais o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas para o provimento de pessoas portadoras de deficiências.

Par. 2.º – A obrigatoriedade referida no parágrafo anterior limitar-se-á aos cargos de que trata o “*caput*” deste artigo.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 36 – O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, face o interesse da Administração.

Art. 37 – Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir no cargo de carreira.

Art. 38. – A Lei que criar os cargos, o Regulamento Geral de Concursos do Município e o Edital de cada concurso disporão, no que couber, sobre todos os demais requisitos e condições necessárias à realização do processo de seleção.

### **CAPÍTULO II**

#### **Da Posse**

Art. 39 – Posse é a investidura em cargo público com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo, formalizada mediante assinatura de termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Par. 1.º - Dar-se-á posse no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do ato de nomeação, podendo ser prorrogado por igual período, a pedido do interessado ou por interesse da Administração.

Par. 2.º - No ato da posse, o nomeado deverá apresentar declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a Lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio.

Art. 40 – O nomeado deverá comprovar, perante a autoridade a quem lhe couber dar posse, o cumprimento de todas as exigências, formalidades e requisitos legais previstos para o provimento do cargo.

Art. 41 – Se a posse não se verificar no prazo referido no parágrafo 1.º do artigo 39 desta Lei, será tornado sem efeito o respectivo ato de nomeação.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Exercício**

Art. 42 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo pelo servidor e dar-se-á, obrigatoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da posse.

Par. 1.º - Será tornado sem efeito o ato de nomeação do servidor que não entrar em exercício no prazo estabelecido no “caput” deste artigo.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Par. 2.º - O exercício será dado pelo chefe da unidade administrativa para a qual for lotado o servidor.

Art. 43 – A readaptação, bem como, a nomeação em outro cargo público municipal, com conseqüente exoneração do anterior, não interrompem o exercício.

Art. 44 – O servidor poderá, mediante autorização formal e expressa da autoridade competente, afastar-se do exercício do seu cargo, nos seguintes casos:

- I missão especial de interesse do Município, a critério da autoridade competente;
- II estudo ou missão científica, cultural ou artística;
- III cedência a disposição de outros órgãos ou entidades.

Par. Único - O servidor somente poderá ser colocado à disposição de outras entidades governamentais, da administração indireta do Município ou de outras esferas governamentais de poder, com concordância do mesmo e para o desempenho de funções de chefia ou assessoramento.

Art. 45 – No ato de afastamento do servidor deverá constar o objeto de sua concessão, o prazo de duração e, conforme o caso, se é com ou sem ônus para a origem.

Art. 46 – O servidor que imotivadamente e fora dos casos previstos nesta Lei, interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos será demitido por abandono do cargo, observada a prévia instalação de processo administrativo, em que lhe seja assegurada a ampla defesa.

Art. 47 – São considerados de efetivo exercício os afastamentos do serviço em virtude de:

- I férias;
- II casamento, até sete dias consecutivos, contados da realização do ato;
- III falecimento de cônjuge ou companheiro, de pai ou mãe, madrasta ou padrasto, de filho ou enteado, de menor sob guarda ou tutela e de irmão, até oito dias;
- IV exercício de outro cargo público, de provimento em comissão, em qualquer órgão da União, Estados e Municípios; inclusive, integrantes da Administração Indireta, Autárquica ou Fundacional;
- V júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- VI desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, exceto para promoção por merecimento;
- VII férias-prêmio;
- VIII da realização de provas, na forma do art. 154 desta Lei;
- IX participação em programas de treinamento correlacionados às atribuições do cargo;



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



- i missão ou estudo, quando o afastamento houver sido autorizado formalmente pela autoridade competente, nos termos desta Lei;
- ii licença regularmente concedida nos casos previstos nesta Lei.

Art. 48 – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, os quais serão convertidos em anos, considerados estes como período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 49 – Os dias de efetivo exercício serão computados à vista das respectivas anotações em registros funcionais.

Art. 50 – É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço público prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função, em qualquer órgão ou entidade da União, Estados e Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 51 – É vedada a contagem de tempo de serviço ficto para a concessão de qualquer benefício ou vantagem prevista nesta Lei.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Lotação**

Art. 52 – Lotação é o número de servidores que deve ter em exercício em cada repartição, unidade administrativa e setor de trabalho.

Par. 1.º - A indicação do local observará, atendido o interesse da Administração, a relação entre as atribuições do cargo e as atividades específicas da repartição.

Par. 2.º - Tanto a lotação como a relotação poderão ser processadas a pedido do interessado ou “*ex-officio*” da Administração, constituindo-se entretanto, em prerrogativa discricionária da autoridade competente.

Art. 53 – Nos casos de nomeação para cargos em comissão ou designação para funções gratificadas, a lotação será compreendida no próprio ato.

### **CAPÍTULO V**

#### **Do Estágio Probatório e da Estabilidade**

#### **SEÇÃO I**

##### **Do Estágio Probatório**

Art. 54 – Estágio Probatório é o período de três anos de exercício, em que o servidor nomeado em caráter efetivo, em virtude de concurso público, será avaliado



periodicamente, para o fim de verificação de seu desempenho e conseqüente permanência no serviço público municipal.

Par. 1.º – O procedimento de avaliação especial de desempenho será promovido por comissão instituída para esse fim na forma da Lei.

Par. 2.º - Observar-se-ão para fins de avaliação os seguintes requisitos:

- I eficiência;
- II assiduidade;
- III produtividade;
- IV responsabilidade;
- V pontualidade;
- VI disciplina;
- VII idoneidade moral

Art. 55 – A avaliação especial será realizada trimestralmente e a cada uma corresponderá um boletim de desempenho, onde observar-se-á os quesitos enumerados nos incisos I a VII do artigo anterior.

Par. 1.º - Três meses antes de findo o período do estágio probatório, a comissão de que trata o Par. 1.º do art. 54, a vista dos Boletins de cada servidor, emitirá parecer sobre a aprovação ou não de seu desempenho, que será submetido à autoridade competente para fins de homologação.

Par. 2.º - Em todo o processo de avaliação, assegurar-se-á ao servidor ter vista de cada boletim de estágio, podendo emitir manifestação escrita a cerca dos itens avaliados.

Par. 3.º - Se a decisão homologada pela autoridade competente for contrária a permanência do servidor por insuficiência de desempenho, ser-lhe-á formalmente cientificado, a fim de que no prazo de 10 (dez) dias úteis, proceda a sua defesa se assim o desejar.

Par. 4.º - Apresentada a defesa escrita do servidor, a autoridade competente decidirá motivadamente pela confirmação ou não da decisão recorrida.

Art. 56 - O servidor municipal estável ou não no serviço público, nomeado para novo cargo público, em decorrência de aprovação em concurso, sujeitar-se-á ao exercício de novo estágio probatório.

Par. Único – No caso de servidor estável que não lograr aprovação no estágio probatório será reconduzido ao cargo ou emprego anteriormente ocupado no serviço público.

Art. 57 – Ao término do período de estágio probatório, com pronunciamento favorável de avaliação de desempenho, o servidor tornar-se-á estável no serviço público municipal.

## SEÇÃO II

### Da Estabilidade



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 58 – Adquire estabilidade no serviço público municipal, após três anos de efetivo exercício, o servidor nomeado em virtude de concurso público, observado o disposto nos artigos 54 a 57 desta Lei.

Art. 59 – O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.

### **TÍTULO VI**

#### **Do Regime de Trabalho**

### **CAPÍTULO I**

#### **Do Horário de Trabalho e do Serviço Extraordinário**

### **SEÇÃO I**

#### **Do Horário de Trabalho**

Art. 60 – O Prefeito Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, determinará através de ato normativo regulamentador, o horário de trabalho nas repartições municipais.

Art. 61 – O horário normal de trabalho de cada cargo ou função é o estabelecido na Lei que o criou, não podendo ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

Art. 62 – A efetividade e a frequência do servidor será controlada pelo ponto ou pela forma determinada em regulamento pelo Chefe de Poder, quanto aos servidores não sujeitos ao ponto.

Par. Único – Ponto, para efeitos desta Lei, é os registros mecânicos, eletrônicos ou escrito que assinala o comparecimento do servidor ao seu local de trabalho e pelo qual se verifica, diariamente, o horário de sua entrada e saída.

### **SEÇÃO II**

#### **Do Serviço Extraordinário**



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 63 – Atendendo o interesse da Administração ou a necessidade do serviço, o servidor poderá ser convocado para cumprir serviço extraordinário, desde que formal e expressamente autorizado pela autoridade competente, salvo caso de prestação de socorro.  
Par. Único - Considera-se extraordinário, para o efeito desta Lei, o horário realizado pelo servidor, além da jornada diária estabelecida por Lei, para o cargo público no qual está investido.

Art. 64 – O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal.

Art. 65 – O valor da hora de serviço extraordinário, prestado em horário noturno, será acrescido de mais 20% (vinte por cento).

Art. 66 – O exercício de cargo em comissão, não exclui a remuneração por serviço extraordinário, desde que observado o disposto nos artigos 63 e 65 desta Lei.

### **TÍTULO VII** **Dos Direitos e Vantagens**

#### **CAPÍTULO I** **Do Vencimento e da Remuneração**

##### **SEÇÃO I** **Do Vencimento**

Art. 67 – Vencimento é a retribuição pecuniária devida ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em Lei.

Art. 68 – Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecido em Lei.

Art. 69 – Nenhum servidor poderá perceber, a qualquer título, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, remuneração ou subsídio superior ao teto fixado na Constituição Federal.

Art. 70 – Exclui-se do teto previsto no artigo anterior as diárias de viagem, em face de sua natureza eminentemente indenizatória.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 71 - A Lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos municipais, observados sempre os limites fixados nesta Lei e na Constituição Federal.

Art. 72 - O servidor perderá:

- I a remuneração dos dias que faltar ao serviço;
- II a parcela da remuneração diária proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 30 (trinta) minutos;

Par. 1.º - No caso de faltas sucessivas serão computadas para efeito de desconto os períodos de repouso intercalados.

Par. 2.º - O servidor que faltar ao trabalho, sem justificativa, terá descontado os dias de repouso semanal, se ocorrerem em dia contíguo.

Art. 73 - Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Par. Único - Mediante autorização expressa do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, até o limite de 40% (quarenta por cento) da remuneração.

Art. 74 - As reposições e indenizações devidas ao erário municipal por servidor, poderão ser efetuadas em parcelas mensais, acrescidas de juros e correção monetária, mediante desconto em folha de pagamento.

Par. 1.º - O valor de cada parcela não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração do servidor.

Par. 2.º - O servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância decorrente de prejuízo causado ao erário municipal em virtude de alcance, desfalque, mal versação de recursos públicos ou improbidade administrativa.

Art. 75 - O servidor em débito com o erário municipal que for demitido ou exonerado, terá o prazo de até dez dias para repor a quantia de uma só vez.

Par. Único - A não quitação do débito no prazo referido no "caput" implicará na sua inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

Art. 76 - É vedada a equiparação ou vinculação de quaisquer espécies remuneratória para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Par. Único - Incluem-se na vedação referida no "caput" a participação dos servidores no produto da arrecadação de tributos, multas e outras receitas municipais, inclusive de dívida ativa.



**Art. 77** – A remuneração dos servidores será fixada em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

**Par. Único** – A disposição contida no “caput” deriva da prerrogativa contida no Parágrafo 8.º do artigo 39 da Constituição Federal e no Parágrafo 7.º do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Férias**

**Art. 78.-** O servidor terá direito a fruição anual de 30 (trinta) dias de férias.

**Par. 1.º** - O primeiro período aquisitivo de férias ocorrerá após o transcurso de 12 (doze) meses de exercício no cargo.

**Par. 2.º** – O período de férias a ser concedido observará a seguinte proporção:

- I 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado, injustificadamente, ao serviço mais de oito vezes nos últimos 12 (doze) meses;
- II 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando não houver faltado, injustificadamente, mais de doze vezes nos últimos 12 (doze) meses;
- III 18 (dezoito) dias corridos, quando não houver faltado, injustificadamente, mais de 15 (quinze) dias nos últimos 12 (doze) meses;
- IV 12 (doze) dias corridos, quando não houver faltado, injustificadamente, mais de 20 (vinte) dias nos últimos doze meses.

**Art. 79.-** Não serão considerados, faltas ao serviço, para fins de apuração do período aquisitivo de férias, os afastamentos previstos nesta Lei, nos quais o servidor continuar com direito a remuneração normal, como se efetivo exercício estivesse.

**Par. Único** – Excetuam-se as licenças previstas nos incisos II, IV, V, VIII do art.127 desta Lei.

**Art. 80.-** O servidor receberá durante as férias a remuneração integral de seu cargo, acrescida de 1/3 (um terço).

**Par. Único** – Por ocasião da concessão das férias será pago antecipadamente ao servidor o acréscimo constitucional referido no “caput”.

**Art. 81.-** Durante as férias o servidor terá direito a todas as vantagens inerentes ao cargo como se estivesse em efetivo exercício



Art. 82.- Ressalvada a expressa vedação em Lei, as férias poderão ser acumuladas até o máximo de 02 (dois) períodos anuais, em decorrência da imperiosa necessidade de serviço ou superior e motivado interesse público.

Art. 83.- As férias somente poderão ser interrompidas ou suspensas por motivo de calamidades pública, estado de emergência, comoção interna ou por motivo de superior e imprescindível interesse público, devidamente motivado.

Art. 84.- No caso de exoneração, falecimento ou aposentadoria, será devida a remuneração correspondente ao período de férias cujo direito o servidor tenha adquirido.

Par. Único – O pagamento referido no “caput” deste artigo corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que fizer jus o servidor no mês em que a exoneração for efetivada.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Licença-Prêmio**

Ar. 85.- Após cada quinquênio de serviço público municipal ininterrupto, o servidor fará jus a concessão de um mês de licença-prêmio, com todas as vantagens do cargo, como se efetivamente nele estivesse.

Art. 86.- Não será concedida licença-prêmio aos servidores que no período aquisitivo deste benefício tiverem:

- I faltado injustificadamente ao serviço, por mais de 10 (dez) dias, consecutivos ou não;
- II sofrido pena de suspensão;
- III gozado licença para :
  - a) tratamento de saúde, por mais de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não;
  - b) acompanhar cônjuge;
  - c) tratar de interesses particulares.

Art.87.- A licença-prêmio poderá ser gozada no todo ou em parcelas não inferiores a 15 (quinze) dias, mediante autorização expressa e formal da autoridade competente, observada a necessidade do serviço e o interesse da Administração.

Art. 88.- O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação das respectivas unidades administrativas de trabalho.

Par. Único – Ato regulamentador da autoridade competente disporá sobre a forma e o período de concessão das licenças, em face do limitador previsto no “caput” deste artigo.





## **CAPÍTULO IV**

### **Das Vantagens**

Art.89.- Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I indenizações;
- II gratificação natalina e por exercício de função gratificada;
- III adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas e por serviço noturno;
- IV auxílio para diferença de caixa

Par. 1.º - As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento do servidor para qualquer efeito.

Par. 2.º - As gratificações, o adicional e o auxílio incorporam-se ao vencimento ou provento, somente nos casos e condições indicados em Lei.

Art.90- Os acréscimos pecuniários percebidos não serão computados, nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

## **SEÇÃO I**

### **Das Indenizações**

Art. 91 – Constituem indenizações ao servidor:

- I diárias de viagem;
- II ajuda de custo;
- III indenização do transporte.

## **Subseção I**

### **Das Diárias de Viagem**

Art. 92 – O servidor, que por determinação da autoridade competente, se deslocar da sede, em objeto de serviço, fará jus ao pagamento de diárias de viagem, destinado a cobrir as despesas de alimentação e pousada.

Par. Único – Sede para efeitos desta Lei é a localidade onde o servidor tiver o exercício em caráter permanente.

Art. 93 - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

Pár. Único – Se, entretanto o deslocamento exigir que o retorno do servidor ocorra após as vinte e duas horas, será devido o equivalente à 2/3 (dois terços) da diária.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 94.- O valor das diárias, a forma de sua concessão e a prestação de contas serão regulamentada por ato normativo da autoridade competente.

Art. 95.- O servidor que receber diárias e, por qualquer motivo não se afastar da sede, fica obrigado a restituí-las integralmente no prazo de até 05 (cinco) dias.

Par. Único – Na hipótese do servidor retornar à sede, em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, deverá restituir as diárias recebidas em excesso, observado o mesmo lapso de tempo referido no “caput”.

Art. 96.- Se o deslocamento do servidor decorrer de exigência permanente e inerente a natureza do cargo, não fará jus a diárias.

### **Subseção II**

#### **Da Ajuda de Custo**

Art. 97.- A ajuda de custo destina-se a cobrir despesas de viagem e instalação do servidor, que, no interesse do serviço, for designado para exercer missão ou estudo fora do Município, por tempo que justifique a mudança temporária de residência.

Art. 98.- A concessão de ajuda de custo ficará a critério da autoridade competente, que motivadamente, considerará o interesse da Administração, bem como, os aspectos relacionados com o número de pessoas da família que o acompanharão, as despesas que irá realizar, a duração do afastamento e a condição de vida do servidor.

Par. Único – A ajuda de custo será calculada sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a valor correspondente a cinco meses da mesma.

Art. 99.- Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo em virtude de mandato eletivo estadual ou federal.

Art. 100.- O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo recebida no prazo de 30 (trinta) dias, quando não efetuar, por qualquer motivo, a viagem ou deslocamento que ensejaram a sua concessão.

### **Subseção III**

#### **Da Indenização do Transporte**

Art. 101.- Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas, com a utilização de meio próprio de locomoção, para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo ou das atividades que lhe forem designadas.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 102.- As condições da concessão, os meios de controle e a forma de pagamento serão objeto de regulamentação por ato normativo da autoridade competente.

### **SEÇÃO II**

#### **Das Gratificações Natalinas e por Exercício de Função**

Art. 103.- Constituem gratificações dos servidores municipais :

- I gratificação natalina;
- II gratificação por exercício de função;

#### **Subseção I**

##### **Da Gratificação Natalina**

Art. 104.- Será concedida ao servidor que esteja no exercício de suas funções uma gratificação natalina correspondente a sua remuneração integral no mês de dezembro de cada ano.

Par. 1.º - A gratificação de que trata este artigo corresponderá a um doze avos da remuneração do servidor, por mês de efetivo exercício, considerando-se as frações iguais ou superiores a 15 (quinze) dias, como mês integral.

Par. 2.º - As horas extras percebidas pelo servidor integrarão o cálculo para fins de pagamento da Gratificação Natalina, considerando-se a média aritmética das mesmas, percebidas nos últimos 12 (doze) meses ou no período respectivo.

Art. 105.- O pagamento da gratificação natalina será efetuado até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 106.- Em caso de exoneração, falecimento ou aposentadoria do servidor, a gratificação natalina será devida proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada na forma do **Par. Único do artigo 84.**

Art. 107.- A gratificação natalina não será computada para cálculo ulterior de qualquer vantagem pecuniária.

#### **Subseção II**

##### **Da Gratificação por Exercício de Função**

Art. 108.- A função gratificada será percebida pelo exercício de função de chefia, assistência ou assessoramento, cumulativamente ao vencimento do cargo de provimento efetivo.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 109.- A função gratificada será instituída por Lei e será exercida privativamente por servidor público efetivo, podendo ser provida alternativamente ao cargo em comissão, na forma de sua criação.

Par. Único - O provimento de função gratificada poderá recair também em servidor ocupante de cargo efetivo de outra entidade pública, ou esfera governamental, posto a disposição do Município, sem prejuízo dos seus vencimentos.

Art. 110.- O valor da função gratificada não será computado nem acumulada para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

### **SEÇÃO III**

Dos adicionais pelo exercício de atividade insalubres ou perigosas  
e por Serviço Noturno

#### **Subseção I**

Do adicional pelo Exercício de Atividades  
Insalubres ou Perigosas

Art. 111.- Os servidores que executarem atividades insalubres ou perigosas, farão jus a um adicional incidente sobre o menor padrão de vencimento do quadro permanente de servidores do Município.

Par. Único - A definição das atividades insalubres ou perigosas, bem como a classificação do grau de risco, serão definidas em Regulamento da autoridade competente, expedido à vista de Laudo pericial realizado por Engenheiro do Trabalho.

Art. 112.- O adicional do servidor que exercer uma atividade em condições de insalubridade será, respectivamente, de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), segundo a classificação nos graus máximo, médio e mínimo.

Par. Único - O adicional de periculosidade será de 30% (trinta por cento).

Art. 113.- Os adicionais de insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles, quando for o caso.

Art. 114.- O direito ao adicional previsto nos artigos 111 e 112 cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 115.- Haverá permanente controle para redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de adoção de normas de saúde, higiene e segurança do trabalho.



## **Subseção II**

### **Do Adicional por Serviço Noturno**

Art. 116.- O servidor que prestar serviço noturno, por necessidade do serviço ou interesse da Administração, fará jus a um adicional de 20% (vinte por cento) de acréscimo sobre o valor-hora de sua remuneração, calculado "*pro-rata tempore*" sobre a carga horária efetivamente despendida.

Art. 117.- Quando o serviço noturno corresponder ao horário normal de trabalho do servidor, em face da natureza da atividade desenvolvida, ser-lhe-á devido tão somente o adicional de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração do seu cargo.

Art. 118.- Considera-se, para efeitos desta Lei, serviço noturno aquele realizado entre as 22 horas de um dia e às 05 horas do dia seguinte.

Art. 119.- Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, o adicional será pago proporcionalmente as horas de trabalho noturno.

## **SEÇÃO IV**

### **Do Auxílio para diferença de Caixa**

Art. 120.- O servidor municipal que, por força das atribuições inerentes ao cargo, pague ou receba em moeda corrente, perceberá um auxílio para diferença de caixa, correspondente a 15% (quinze) por cento da sua remuneração.

Art. 121.- O auxílio de que trata o artigo anterior, será concedido, no caso de substituição legal, enquanto durar a mesma, ao servidor que estiver efetivamente no exercício da função.

Art. 122.- O auxílio para diferença de caixa não será computado nem acumulado para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

## **SEÇÃO V**

### **Do Salário-Família**

Art. 123.- O salário-família será devido ao servidor que tenha renda bruta mensal igual ou inferior à fixada para a concessão da vantagem pela legislação federal, na proporção do número de filhos ou equiparados na forma da Lei.

Par. 1º.- Quando ambos os cônjuges forem servidores do Município, assistirá a cada um, separadamente, o direito à percepção do salário-família com relação aos respectivos filhos



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



ou equiparados;

Par. 2º.- No caso das acumulações remuneradas de cargos públicos, permitidas constitucionalmente, não será devido o salário-família relativamente ao cargo exercido cumulativamente pelo servidor.

Art. 124.- É assegurado o pagamento do salário-família durante o período em que, por penalidade, o servidor deixar de perceber remuneração.

Art. 125.- O salário-família será pago a partir do mês em que o servidor apresentar à repartição competente a prova de filiação ou condição de equiparado, e, se for o caso, da invalidez.

Par. Único – O pagamento do salário-família é condicionado a apresentação da documentação exigida pela legislação federal pertinente.

Art. 126.- O valor do salário-família será aquele estabelecido pela legislação federal pertinente à matéria.

### **CAPÍTULO V** **Das Licenças**

Art. 127.- Conceder-se-á as seguintes licenças ao servidor ocupante de cargo efetivo:

- I para tratamento de saúde;
- II por motivo de doença em pessoa da família;
- III a gestante, a adotante e a paternidade;
- IV para prestação de serviço militar;
- V para desempenhar mandato classista;
- VI para concorrer a mandato público eletivo;
- VII para desempenho de mandato eletivo;
- VIII para tratar de interesses particulares;

Art.128.- O servidor não poderá permanecer em licença por mais de 24 (vinte e quatro) meses, exceto nos casos previstos nos incisos V, VII e VIII do artigo anterior.

Par. Único – O servidor nomeado em cargo em comissão terá direito somente a concessão das licenças previstas nos incisos I, II e III do artigo anterior.

### **SEÇÃO I** **Da Licença para Tratamento de Saúde**



Art. 129.- A Licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, sem prejuízo de sua remuneração integral, mediante inspeção médica realizada pelo órgão de perícia oficial do Município.

Par. 1.º - Em casos especiais, a inspeção médica poderá ser realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde o mesmo se encontrar internado.

Art. 130.- O servidor não poderá recusar-se a realizar a inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento de sua remuneração, até que seja cumprida essa formalidade.

Art. 131.- O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se ao exercício de qualquer outra atividade remunerada ou incompatível com o seu estado, sob pena de ter cassada a licença.

Art. 132.- Findo o período de licença, o servidor deverá reassumir imediatamente o exercício do cargo, sob pena de ser considerado faltoso ao serviço, exceto se houver determinação em contrário no respectivo laudo médico.

Art. 133.- Caso o somatório dos períodos de licença, contínuos ou não, ultrapassarem 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, deverá o órgão de perícia médica pronunciar-se formalmente sobre:

- I a possibilidade de retorno do servidor ao exercício do cargo;
- II a readaptação, com ou sem limitação de tarefas;
- III a aposentadoria, nos termos da Lei.

## **SEÇÃO II**

### **Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**

Art. 134.- O servidor poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, de pai ou mãe, madrasta ou padrasto, de filho ou enteado, de menor sob guarda ou tutela e de irmão, mediante comprovação médica atestando a existência da doença e a extensão de sua gravidade.

Par. Único -- A licença de que trata o "caput" somente será concedida se o servidor comprovar o caráter indispensável de sua assistência, bem como, que esta não pode ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo público que ocupa.

Art. 135.- A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, até um mês, e após com os seguintes descontos:



Art. 139.- O servidor terá direito à licença paternidade de oito dias consecutivos, face do nascimento de seu filho, sem prejuízo de sua remuneração integral.

Par. Único – A licença será concedida à vista de certidão de nascimento emitida pelo cartório de registro competente.

#### **SEÇÃO IV**

##### **Da Licença para Prestação de Serviço Militar**

Art. 140.- Ao servidor ocupante de cargo efetivo será concedida licença para a prestação de serviço militar obrigatório, para o atendimento a convocação excepcional e a outros encargos de segurança nacional, pelo período necessário ao cumprimento da convocação.

Par. Único – A licença de que trata este artigo será concedida sem remuneração.

Art. 141.- A licença será concedida à vista de documento oficial das Forças Armadas que comprove a convocação do servidor.

Art. 142.- A partir da data da desincorporação, o servidor terá 30 (trinta) dias para reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de perda do vencimento e de demissão por abandono de emprego.

#### **SEÇÃO V**

##### **Da Licença para o desempenho de Mandato Classista**

Art. 143.- É assegurado ao servidor, com remuneração do seu cargo efetivo, o direito a licença para o desempenho de mandato em central sindical, confederação, federação ou sindicato representativo da categoria profissional.

Par. 1.º - Somente será concedida a licença de que trata o "caput" aos servidores eleitos para cargos de direção ou representação sindical, até o máximo de dois, por entidade.

Par. 2.º - A licença terá duração igual à do mandato sindical, podendo ser prorrogada no caso de reeleição, por uma única vez.

#### **SEÇÃO VI**

##### **Da Licença para concorrer a Mandato Eletivo**

Art. 144.- Salvo disposição contrária em Lei Federal Eleitoral o servidor municipal ocupante de cargo efetivo, que concorrer a mandato eletivo, terá direito de licenciar-se do cargo, sem prejuízo da sua remuneração integral,





I de 1/3 (um terço), no período que exceder a 30 (trinta) dias e não ultrapassar a 90 (noventa) dias;

II de 2/3 (dois terços), no período que exceder a 90 (noventa) dias e não ultrapassar a 180 (cento e oitenta) dias;

III sem remuneração, no período que exceder a 180 (cento e oitenta) dias, até o máximo de dois anos.

Par. Único – Para efeitos deste artigo, as licenças com intervalos inferiores a 30 (trinta) dias, serão computadas como prorrogação para fim de apuração dos descontos referidos nos incisos I a III.

### SEÇÃO III

#### Licença à Gestante, à Adotante e à Paternidade

Art. 136.- À servidora gestante, mediante laudo médico, será concedida licença maternidade por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo de sua integral remuneração.

Par. 1.º.- A licença será concedida a partir do 8.º mês de gestação, salvo se houver prescrição médica em contrário.

Par. 2.º.- No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

Par. 3.º.- Nos casos de natimorto ou de aborto, legalmente previsto, atestado por laudo médico, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora reassumirá o exercício do cargo, salvo disposição médica em contrário.

Art. 137.- À servidora adotante será concedida licença, a partir da data da adoção ou do termo de guarda, sem prejuízo de sua integral remuneração, observadas os seguintes prazos de concessão:

I se o adotado tiver idade de zero a seis meses, 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença;

II se o adotado tiver mais de seis meses até um ano, 90 (noventa) dias consecutivos de licença;

III se o adotado tiver mais de um ano até três anos, 60 (sessenta) dias consecutivos de licença;

IV se o adotado tiver mais de três anos até dez anos, 30 (trinta) dias consecutivos de licença.

Art. 138.- A comprovação da adoção far-se-á mediante a apresentação do documento público concessivo da mesma.



Par. Único – A licença referida no “caput”, iniciar-se-á a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral e encerrar-se-á no dia seguinte ao do pleito.

Art. 145.- O servidor que exercer cargo ou função de chefia, direção, fiscalização ou arrecadação, será obrigatoriamente destituído de suas atribuições no Município, a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o dia seguinte ao do pleito.

## **SEÇÃO VII**

### **Da Licença para Exercer Mandato Eletivo**

Art. 146.- Ao servidor investido de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- I tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo;
- II investido mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- III investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

Art. 147.- No caso de necessidade de afastamento do cargo, o servidor continuará contribuindo para o órgão previdenciário municipal, como se efetivo exercício estivesse.

Art. 148 – Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto promoção por merecimento.

## **SEÇÃO VIII**

### **Da Licença para tratar de Interesses Particulares**

Art. 149.- Ao servidor detentor de cargo efetivo, poderá ser concedido a critério da administração, licença para tratar de interesses particulares, mediante requerimento da parte interessada.

Par. 1.º - A licença referida no “caput” será sem remuneração e concedida pelo prazo de até dois anos consecutivos.

Par. 2.º – Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término ou da interrupção da anterior, contados da data em que o servidor tenha reassumido o cargo.

Art. 150.- O servidor poderá, a qualquer tempo, reassumir o cargo mediante a interrupção da licença concedida.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 151.- Não se concederá a licença para o servidor que se encontrar em estágio probatório.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **Do afastamento para outro Órgão ou Entidade**

Art.152.- O servidor estável ocupante de cargo efetivo poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade da União, Estados e Municípios.

Par. Único – A cedência processar-se-á somente para o exercício de funções de confiança ou direção, para o cumprimento de convênios ou para o atendimento dos casos previstos em Leis específicas.

Art. 153.- A exceção do desempenho de funções de confiança e direção, as demais hipóteses de cedência poderão ser concedidas com ônus para o Município, observado o disposto na Lei ou convênio específicos.

### **CAPÍTULO IX**

#### **Das Concessões ao servidor Estudante ou Participante De Cursos, Congressos e Similares**

Art. 154.- É assegurado ao servidor estudante, sem prejuízo de sua remuneração, o afastamento durante:

- I os dias de provas do ciclo letivo e de provas finais para os estudantes do ensino de 1.º e 2.º graus e superior;
- II os dias de provas em exames de qualificação ou habilitação a curso de ensino superior.

Par. Único – Para os efeitos deste artigo, o servidor deverá comprovar previamente, mediante certidão ou atestado da respectiva unidade de ensino, as datas em que se realizarão as provas, bem como, posteriormente o seu comparecimento às mesmas, sob pena de ser considerado faltoso ao serviço.

Art. 155.- Ao servidor poderá, a critério da Administração, ser concedida licença para frequência a cursos, congressos, seminários, encontros e similares, inclusive fora do Estado e no exterior, desde que o conteúdo programático dos mesmos seja correlato as atribuições do cargo que é detentor, sem prejuízo de sua integral remuneração.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Par. Único – Para efeitos de comprovação do afastamento, exigir-se-á do servidor a apresentação de documento oficial da organização do evento, atestando o seu comparecimento e frequência.

### **CAPÍTULO X** **Do Direito de Petição**

Art. 156.- É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar, em defesa de direito ou legítimo interesse.

Art. 157.- O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo, que proferirá decisão administrativa devidamente motivada e fundamentada.

Art. 158.- Da decisão proferida, caberá recurso de reconsideração ao Prefeito Municipal, que decidirá em última instância administrativa, sendo indelegável a sua decisão.

Par. Único – O pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, deverá conter os argumentos ou provas suscetíveis de reformar o despacho ou ato decisório recorrido devendo ser julgado dentro de 30 (trinta) dias do seu recebimento.

Art. 159.- O prazo para interposição do pedido de reconsideração é de 30 (trinta) dias, contados da ciência do interessado.

Par. Único- O pedido de reconsideração não terá efeito suspensivo e se provido, retroagirá os seus efeitos a data do ato impugnado.

Art. 160.- O direito de reclamação administrativa, salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, prescreverá em um ano a contar do ato ou fato do qual se originar.

Par. 1.º - O prazo prescricional iniciar-se-á na data da publicação do ato impugnado ou da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Par.2.º - A reclamação administrativa, o recurso e o pedido de reconsideração, quando cabíveis, interrompem a prescrição administrativa.

Art. 161.- Para o exercício do direito de petição é assegurado ao servidor ou a procurador legalmente constituído, vista do processo ou documento, desde que nas dependências da respectiva repartição.

Art. 162.- Os prazos estabelecidos neste capítulo são decadenciais e improrrogáveis, e para sua contagem exclui-se o dia do seu início e inclui-se o do seu vencimento.



**CAPÍTULO XI**  
**Da Aposentadoria**

Art. 163.- O servidor público municipal será aposentado com proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, calculados com base na remuneração do respectivo cargo em que se der a aposentadoria e, na forma da Lei, corresponderá à totalidade da remuneração.

Art. 164.- A aposentadoria se processará:

- I por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição; exceto, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em Lei;
- II compulsoriamente, aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- III voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:
  - a) 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;
  - b) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Par. Único – Para efeitos do disposto no inciso I deste artigo, consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a tuberculose ativa, a alienação mental, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a paralisia irreversível e incapacitante, a neoplasia maligna, a cegueira posterior ao ingresso no serviço público, os estados avançados de osteíte deformante, a nefropatia grave, a hanseníase, a espondiloartrose anquilosante, a síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS, e outras que a Lei Federal indicar com base na medicina especializada.

Art. 165.- Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 166.- A aposentadoria compulsória será automática e declarada “*ex-officio*” por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço público.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



At. 167.- É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados dos enumerados no artigo 164 para a concessão de aposentadoria, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, na forma da Lei.

Art.168.- Os requisitos de idade e tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto na alínea "a", do inciso III do artigo 164, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Art. 169.- Os proventos de aposentadoria e pensão serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhes estendidos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da Lei.

Art. 170.- O servidor em estágio probatório, somente terá direito à aposentadoria caso se tornar inválido, nos termos do inciso I do artigo 164 desta Lei.

Art. 171.- Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior ao valor do Salário Mínimo nacional, na forma da Lei.

Art. 172.- Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, no mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento.

Art. 173.- É assegurado aos dependentes do servidor falecido uma pensão por morte, a contar do óbito.

Par. 1.º - A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de cinco anos.

Art. 174.- O Município editará Lei instituindo regime previdenciário próprio, de caráter contributivo observado critérios que preservem o seu equilíbrio atuarial ou continuar vinculado ao Regime Geral de Previdência Social Federal.

Par. 1.º - Se for criado regime previdenciário próprio, a Lei que o instituir disciplinará os requisitos, as condições e as situações em que serão concedidos os benefícios previdenciários, as aposentadorias e pensões, inclusive o seu custeio.

Par. 2.º - Se o Município continuar vinculado ao Regime Geral da Previdência Social do INSS, adotar-se-ão para todos os fins as suas leis, resoluções e regulamentos.



**TÍTULO VIII**  
Do Regime Disciplinar

**CAPÍTULO I**  
Dos Deveres

Art. 175. - São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - lealdade às instituições a que servir;
- III - observância das normas legais e regulamentares;
- IV - cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V - atender com presteza:
  - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
  - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; e
  - c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
- VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - tratar com urbanidade as pessoas;
- XII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder;
- XIII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;
- XIV - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecida, bem como, o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;
- XV - manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho;
- XVI - freqüentar cursos e treinamentos instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização;
- XVII - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei ou regulamento, ou quando determinado pela autoridade competente; e
- XVIII - sugerir providências tendentes a melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

Par. Único - Será considerado como co-autor o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidades no serviço ou falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.



Estado do Rio Grande do Sul

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



## **CAPÍTULO II**

### **Das Proibições**

Art. 176. É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fé a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo, ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- VII - compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil, salvo se decorrente de nomeação por concurso público;
- IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas;
- XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XII - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XIII - proceder de forma desidiosa no desempenho das funções;
- XIV - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XV - utilizar pessoal ou recurso materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; e
- XVII - fazer campanha política nos recintos e horários de trabalho.

Art. 177.- É lícito ao servidor criticar atos do Poder Público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

*[Handwritten signatures and initials]*





Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



### **CAPÍTULO III** **Da Acumulação**

Art. 178. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a:

- a) de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

Par. Único – A compatibilidade de horários, exigida neste artigo, será verificada mediante comprovação escrita.

Art. 179.- A proibição de acumular estende-se a empregos ou funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente, pelo poder público.

### **CAPÍTULO IV** **Das Responsabilidades**

Art. 180. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 181. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo doloso, ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

Par. 1º. A indenização de prejuízo causado ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista nesta Lei;

Par. 2º. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;

Par. 3º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 182. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 183. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 184.- As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo



independente entre si.

Art. 185.- A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Penalidades**

Art. 186. São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria e disponibilidade; e
- V - destituição de cargo ou função de confiança.

Art. 187. Na aplicação das penalidades serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

Art. 188. Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

Par. Único - No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na graduação da penalidade.

Art. 189. Observado o disposto nos artigos precedentes, a pena de advertência ou suspensão será aplicada, a critério da autoridade competente, por escrito, na inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna e nos casos de violação de proibição que não tipifique infração sujeita a penalidade de demissão.

Art. 190. A pena de suspensão não poderá ultrapassar a sessenta dias.

Par. Único - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 191. Será aplicada ao servidor a pena de demissão nos casos de:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas;
- IV - atos de improbidade administrativa;



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



- V - incontinência pública e conduta escandalosa nas repartições públicas municipais;
- VI - ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em serviço, salvo em legítima defesa;
- VII - aplicação irregular de dinheiro público;
- VIII - revelação de segredo, de fato ou informação sigilosa; apropriado em razão do cargo, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial ou administrativo;
- IX - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- X - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XI - exercício de advocacia administrativa, contra o Município de Boa Vista do Incra;

Art. 192. A acumulação de que trata o inciso X do artigo anterior acarreta a demissão de um dos cargos, empregos ou funções, dando-se ao servidor o prazo de cinco dias para opção.

Art. 193. Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 194. A demissão por inassiduidade ou impontualidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade, de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do servidor, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

Art. 195. O ato de imposição de penalidade será sempre motivado e mencionará o fundamento legal de sua aplicação.

Art. 196. Serão cassadas a aposentadoria e a disponibilidade, se ficar provado que o inativo:

- I - praticou, na atividade, falta punível com a pena de demissão;
- II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
- III - praticou usura, em qualquer das suas formas.

Art. 197. A pena de destituição de função de confiança será aplicada:

- I - quando se verificar falta de exação no seu desempenho;
  - II - quando for verificado que, por negligência ou benevolência, o servidor contribuiu para que não se apurasse, no devido tempo, irregularidade no serviço;
- Par. Único. A aplicação da penalidade deste artigo não implicará em perda do cargo efetivo.

Art. 198. O ato de aplicação da penalidade é de competência do Prefeito Municipal.

Par. Único - Poderá ser delegada competência aos Secretários Municipais para aplicação



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



da pena de suspensão ou advertência.

Art. 199. A pena de destituição de função de confiança implica na impossibilidade de ser investido em funções dessa natureza no período de dois anos a contar do ato de punição.

Art. 200. As penalidades aplicadas ao servidor serão registradas em sua ficha funcional.

Art. 201. A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, ou destituição de função de confiança;

II - dois anos, quanto à suspensão;

III - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

Par. 1º. A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este;

Par. 2º. O prazo de prescrição começa a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta;

Par. 3º. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição;

Par. 4º. Na hipótese do parágrafo anterior, todo o prazo começa a correr novamente, no dia da interrupção.

Art. 202. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Art. 203.- As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito;

Art. 204.- Quando o fato narrado, de modo evidente não configurar infração disciplinar ou ilícita penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 205.- As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas por meio de:

I - sindicância, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o servidor faltoso;

II - processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o servidor passível de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



### **SEÇÃO I** **Da Sindicância**

Art. 206. A sindicância será cometida a servidor podendo este ser dispensado de suas atribuições normais até a apresentação do relatório.

Par. Único.- A critério da autoridade competente, considerado o fato a ser apurado, a função sindicante poderá ser atribuída a uma comissão de servidores até o máximo de três.

Art. 207. O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento.

Par. 1º.- Preliminarmente, deverão ser ouvidos o autor da representação e o servidor implicado, se houver;

Par. 2º.- Reunidos os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições estatutárias;

Art. 208. A autoridade, de posse do relatório, acompanhado dos elementos que instruíram o processo, decidirá, no prazo de cinco dias úteis:

- I - pela instauração de processo administrativo disciplinar;
- II - pelo arquivamento do processo;

Par. 1º. Entendendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligência, em prazo certo, não superior a cinco dias úteis;

Par. 2º. De posse do novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá no prazo e nos termos deste artigo.

### **SEÇÃO II** **Do Processo Administrativo Disciplinar**

Art. 209.- O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três servidores estáveis, designada pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

Par. Único.- A comissão terá como secretário, servidor designado pelo presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

Art. 210.- A comissão processante, sempre que necessário e expressamente determinado no ato de designação, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os

*[Handwritten signatures and initials]*



membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Art. 211.- Os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa orientarão o processo administrativo disciplinar, podendo nele ser utilizados todos os meios probatórios e recursos admitidos em direito

Art. 212.- Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta integrará os autos, como peça informativa da instrução.

Par. Único.- Na hipótese do relatório da sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficiará à autoridade policial, para abertura de inquérito, independente da imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

Art. 213.- O prazo para a conclusão do processo não excederá sessenta dias, contados da data do ato que constituir a comissão, admitida a prorrogação por mais trinta dias quando as circunstâncias o exigirem, mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração.

Art. 214.- As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 215.- Ao instalar os trabalhos da comissão, o Presidente determinará a autuação da portaria e demais peças existentes e designará o dia, hora e local para a primeira audiência e a citação do indiciado.

Art. 216.- A citação do indiciado deverá ser feita pessoalmente e contra-recibo, com pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência em relação à audiência inicial e conterá dia, hora e local e qualificação do indiciado e a falta que lhe é imputada.

Par. 1º.- Caso o indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, a vista de, no mínimo, duas testemunhas;

Par. 2º.- Estando o indiciado ausente do Município, conhecido seu endereço, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo o comprovante do registro e aviso de recebimento;

Par. 3º.- Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgando como os demais atos oficiais do Município, com prazo de quinze dias.

Art. 217.- O indiciado poderá constituir procurador para fazer a sua defesa.

Par. Único. Em caso de revelia, o presidente da comissão processante designará, de ofício, um defensor.

Art. 218.- Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado,

H



concedendo-lhe, em seguida, o prazo de três dias, com vista do processo na repartição, para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco.

Par. Único.- Havendo mais de um indiciado, o prazo será comum e de seis dias, contados a partir da tomada de declarações do último deles.

Art. 219.- A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 220.- O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir aos atos probatórios que se realizarem perante a comissão, requerendo as medidas que julgar conveniente.

Par. 1º. O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;

Par. 2º. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 221.- As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Par. Único.- Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Art. 222.- O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.

Par. 1º.- As testemunhas serão ouvidas separadamente com prévia intimação do indiciado ou de seu procurador;

Par. 2º.- Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se firmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 223.- Concluída a inquirição de testemunhas, poderá a comissão processante se julgar útil ao esclarecimento dos fatos, reinterrogar o indiciado.

Art. 224.- Ultimada a instrução do processo, o indiciado será intimado por mandado pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de dez dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

Par. Único - O prazo de defesa será comum e em dobro se for mais de um os indiciados.





Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 225.- Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório, no qual constará em relação a cada indiciado, separadamente, a irregularidade de que foi acusado; as provas que instruíram o processo e as razões de defesa, propondo, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, e indicando a pena cabível e seu fundamento legal.

Par. Único.- O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez dias, contados do término do prazo para apresentação da defesa.

Art. 226.- A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimento ou providência julgada necessária.

Art. 227.- Recebido os autos, a autoridade que determinou a instauração do processo:  
I - dentro de cinco dias;

a) pedirá esclarecimentos ou providências que entender necessário, à comissão processante, marcando-lhe prazo;

b) encaminhará os autos à autoridade superior, se entender que a pena cabível escapa à sua competência;

II - despachará o processo dentro de dez dias, fundamentando o seu despacho se concluir diferentemente do proposto pela Comissão.

Par. Único - Nos casos do inciso I deste artigo, o prazo para decisão final será contado, respectivamente, a partir do retorno ou recebimento dos autos.

Art. 228.- Da decisão final, serão admitidos os recursos previstos nesta Lei.

Art. 229.- As irregularidades processuais que não constituam vícios substanciais insanáveis, desde que insuscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a nulidade.

Art. 230.- O servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado, do cargo a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento das penalidades, caso aplicada.

Par. Único. Excetua-se o caso de processo administrativo instaurado apenas para apurar o abandono de cargo, quando poderá requerer exoneração a pedido, a juízo da autoridade competente.

16/04/2006





Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



### **SEÇÃO IV**

#### **Da Revisão do Processo Administrativo**

Art. 231.- A revisão do processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, uma única vez, a qualquer tempo, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do servidor ou a inadequação da penalidade aplicada.

Par. 1.º.- O pedido de revisão não tem efeito suspensivo e nem permite a agravação da pena.

Par. 2.º.- Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa poderá requerer a revisão do processo.

Art. 232.- No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 233.- O processo de revisão será realizado por comissão designada segundo os moldes das comissões de processo administrativo, e correrá em apenso aos autos do processo originário.

Art. 234.- A comissão Revisora terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 235.- O julgamento caberá a autoridade competente que aplicou a penalidade e será impreterivelmente proferido no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo.

Par. Único – Dentro do prazo referido no “caput” poderão ser determinadas diligências que forem julgadas necessárias.

Art. 236.- Julgada procedente a revisão, será tornada insubsistente ou atenuada as penalidades impostas, restabelecendo-se os direitos decorrentes dessa decisão.

### **TÍTULO IX**

#### **Da Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público**

Art. 237.- Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.

Art. 238.- Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurados entre outros que a Lei definir, os seguintes direitos ao contratado:



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



- I - remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente do Município;
- II - jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;
- III - férias proporcionais, ao término do contrato,

Art. 239.- O Município editará Lei, de iniciativa do Poder Executivo, disciplinando as condições, requisitos e exigências para o processamento das contratações de que trata este capítulo.

### **TÍTULO X**

#### **Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais**

Art. 240.- Os servidores públicos estatutários e os funcionários celetistas, admitidos mediante concurso público, transferidos do município mãe, ficam submetidos ao regime desta Lei, ressalvados os direitos adquiridos.

Art. 241.- Os funcionários celetistas não concursados e estáveis nos termos do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, recepcionados do município mãe, constituirão Quadro Especial em Extinção, excepcionalmente regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, até ingresso por concurso público, em Quadro sob o regime desta Lei.

Par. Único – O Plano de Cargos e Salários do Município disporá sobre as vantagens e benefícios extensivos aos funcionários referidos no “caput” deste artigo.

Art. 242.- É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Art. 243.- Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no artigo anterior, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.



Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**



Art. 244.- Observado o disposto no artigo 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 245. Os servidores investidos em cargos de provimento efetivo ou em comissão, em função gratificada ou cargo de chefia poderão ser substituídos durante os seus afastamentos ou impedimentos, mediante a expedição prévia de ato da autoridade competente, designando-os para o exercício da substituição.

Par. 1.º A substituição terá caráter transitório e eventual e será remunerada na proporção dos dias de efetivo exercício.

Par. 2.º O substituto não fará jus, durante o tempo da substituição remunerada, ao vencimento do cargo de que for titular, salvo nos casos de função gratificada ou opção pela sua remuneração.

Par. 3.º Em se tratando de função gratificada, perceberá o substituto o valor da mesma.

Par. 4.º A extinção ou vacância do cargo, faz cessar de forma imediata, os efeitos da substituição.

Art. 246. O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 247. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 248. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 249.- Ficam suspensos os efeitos da Lei Complementar 004/95, de 06 de julho de 1995, do Município de Cruz Alta, recepcionada pelo Município de Boa Vista do Incra, até a edição desta Lei, ressalvados os atos jurídicos perfeitos e os direitos adquiridos.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 agosto de 2002.

Registre-se e publique-se.

  
**NASSER ELIAS HASAN**  
Prefeito Municipal

  
**MOACIR JOSÉ TRENHAGO**

Secretário de Administração e planejamento.